

**Preservação e acesso à Documentação da Municipalidade Carioca:
a garantia do direito à informação, à memória e à cidadania**

PROPONENTE: ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

ENDEREÇO: RUA AMOROSO LIMA, 15
CIDADE NOVA
CEP: 20 211 – 120
TELEFAX: (021) 273 45 82

RIO DE JANEIRO
2000

Preservação e acesso à Documentação da Municipalidade Carioca: a garantia do direito à informação, à memória e à cidadania

1. Histórico

O Arquivo Municipal foi criado pelo Decreto nº 44 de 05 de agosto de 1893, como órgão da administração direta, subordinado ao Prefeito do Distrito Federal. Sua função era a de recolher e preservar a documentação resultante das atividades administrativas exercidas pelos diversos órgãos do Executivo Municipal. Havia também sob sua guarda documentos produzidos e acumulados pela administração ao longo do período colonial e imperial, que constituíam o acervo do arquivo da Câmara Municipal.

Com a Proclamação da República em novembro de 1889, foi instalado o Conselho da Intendência, ficando o Arquivo subordinado ao Intendente de Instrução e Estatística. A partir dessa época o órgão passou por diversas mudanças de denominação e subordinação.

Entre 1940 e 1963, esteve subordinado como Serviço de Arquivo Geral, ao Departamento de História e Documentação (DHD), da Secretaria de Educação e Cultura. Posteriormente, esteve vinculado à Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara. Em junho de 1979 recebeu a atual denominação, ficando subordinado ao extinto Departamento Geral de Cultura, da então Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

No mesmo ano de 1979, passou a ocupar uma sede própria, construída de acordo com as normas técnicas internacionais para abrigo de acervos arquivísticos. O prédio, aprovado pela UNESCO, possui climatização, áreas de armazenagem adequadas para a documentação, laboratório de restauração, encadernação e fotografia, confortáveis salas de consulta, biblioteca especializada, auditório e espaço para exposições.

O Arquivo da Cidade tem sob sua guarda um acervo arquivístico cujas origens datam do século XVI, e constitui-se de documentos manuscritos, impressos, iconográficos, cartográficos e sonoros, etc., diversificados em tipos e temáticas que registram a memória da cidade e da vida nacional. Na condição de sede do governo central, ao longo de boa parte de sua história, até 1960, o Rio de Janeiro foi palco de importantes acontecimentos, cujos registros documentais foram herdados pela Cidade.

2. Missão e Objetivos

Os Arquivos, enquanto instituições participantes de uma sociedade em constante mudança, transformam – se em agentes a serviço da formação política e histórica do público em geral. Os cidadãos têm buscado cada vez mais os arquivos, não somente para fins de comprovação de direitos, bem como para melhor compreenderem sua história e identidade cultural. Além disso, como órgãos públicos, existem para auxiliar os administradores públicos, na condução de suas atividades.

O Arquivo da Cidade tem no perfil de seu público usuário não só a administração pública municipal, como também, arquitetos, historiadores engenheiros, estudantes de graduação ligados à esfera da proteção do patrimônio documental da Cidade, e o cidadão anônimo, interessado em obter informações para fins probatórios e/ou informativos.

Paralelamente às atividades de preservação, de tratamento técnico, de recolhimento e de avaliação de documentos, o acervo da instituição é divulgado de várias formas: exposições, seminários, debates e outros programas, voltados para diferentes temas e áreas de interesse tendo, porém, como foco central a cidade, seus habitantes e respectivas expressões culturais.

Para dar cumprimento às suas principais funções sócio-culturais e técnicas, o Arquivo Geral da Cidade carece de modernização em muitos setores-chave. Selecionou-se, para os fins deste projeto, dois segmentos distintos, cujas atividades são voltadas diretamente para a preservação da memória documental carioca, sob duas diferentes perspectivas: o tratamento arquivístico e a preservação de suportes.

3. Justificativa

A Cidade do Rio de Janeiro desempenhou papel relevante no cenário político, econômico e social do Brasil, desde que foi fundada, sendo palco dos mais importantes acontecimentos do período, como por exemplo: capital do Governo Geral, do Vice-Reino e depois do próprio reino quando passou à condição de sede do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves. Em 1822, com a proclamação da Independência, encerra-se o ciclo colonial, passando o Brasil para uma nova fase, na qual o Rio de Janeiro manteria ainda um papel de destaque, como núcleo de diversas manifestações político-culturais e econômicas da época.

A documentação existente no Arquivo Geral da Cidade remonta ao século XVI, logo após a fundação da cidade por Estácio de Sá e Mem de Sá. Na ocasião criou-se um Arquivo, que passou a abrigar a documentação relativa à administração da Cidade, a qual perdura aos dias atuais. Resgatar o conteúdo dessa documentação, é de fundamental importância para o conhecimento e a conseqüente compreensão dos primeiros séculos de nossa cidade.

Ao longo do tempo, diversos fatores contribuíram para que parte desse acervo se perdesse, tais como, as condições de guarda completamente inadequadas e acidentes naturais. Outro fator que vem contribuindo para o desgaste acelerado desses documentos, é seu manuseio, razão pela qual o corpo técnico do Arquivo Geral decidiu suspender, por tempo indeterminado, o acesso do público ao conjunto documental relativo às datas-limite de 1565 a 1822, até a alteração das atuais condições. Apesar da perda significativa de documentos algumas informações, entretanto, podem ser encontradas em cópias (de época) dos documentos originais. Hoje, alguns desses originais tornaram-se ilegíveis e as cópias existentes tornaram-se, portanto, originais preciosos, constituindo a única forma de se recuperar a informação produzida pela cidade nos séculos XVI, XVII, XVIII e parte do XIX.

O marco das comemorações dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil, é o momento oportuno para adotarmos as medidas necessárias para a salvaguarda da memória carioca e, porque não dizer da nação, uma vez que a história da cidade encontra-se intrinsecamente ligada à do país. Trata-se portanto da oportunidade de desenvolver um completo trabalho de preservação desses registros: desde o tratamento arquivístico, passando pela microfilmagem e pela conservação dos códices coloniais e pelo estabelecimento de prioridades para a restauração do referido conjunto documental, até a implantação de um sistema de informação e um banco de dados, que permita a consulta on line. Uma vez concluído o projeto, os usuários terão acesso à reprodução fiel dos documentos coloniais via microfilme, bem como poderão recuperar informações em tempo real, mediante consulta à base de dados.

Estamos propondo no presente projeto, por conseguinte, o tratamento técnico emergencial (preservação de suportes e de conteúdo informacional) de toda a documentação produzida pela administração municipal entre os séculos XVI e XIX (1565 a 1822). Tal projeto, além dos benefícios mencionados anteriormente, trará inúmeras outras vantagens, dentre as quais, a de facilitar as atividades de pesquisadores interessados na história desses períodos, agilizando suas pesquisas e fornecendo pistas que ajudem a compreender melhor o processo de formação da Nação Brasileira, ao qual esteve sempre, profundamente, ligada a história da cidade.

4. Estratégias de ação

Diversas ações já foram iniciadas, no sentido de garantir a permanência de documentos e de informações:

- a) microfilmagem do acervo - etapa que está sendo realizada com recursos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, cujas atividades compreendem o treinamento de 2 funcionários da instituição durante 5 meses e a microfilmagem propriamente dita do acervo relativo a esse período;
- b) o levantamento da produção documental da cidade, no período de 1565 a 1822 - etapa em andamento, que visa trazer à tona todas as informações referentes ao Rio de Janeiro colonial existentes no acervo, registradas sob a forma manuscrita, impressa, cartográfica ou iconográfica. Esta atividade vem sendo desenvolvida com recursos da Prefeitura da Cidade em convênio com o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Estima-se que tenham sido identificadas, coletadas e registradas em planilhas específicas até o momento, cerca de 1,5 milhões de dados.
- c) conservação e/ou restauração - além das ações que visam a manutenção da informação, é de fundamental importância que os suportes tenham tratamento físico adequado, visando garantir a sua permanência física, para o que estão sendo desenvolvidas atividades conservação e/ou de restauro, quando necessário.

5- Módulo I- Preservação do acervo do período colonial

5.1 - Objetivos gerais

- a) Preservar a documentação manuscrita relativa ao desenvolvimento da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que se encontra em estado crítico de conservação, cuja data-limite é 1565-1822, sob a guarda do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
- b) Microfilmar o acervo correspondente ao período colonial, a fim de evitar seu manuseio excessivo, garantindo a preservação da informação.
- c) Divulgar e dar acesso às informações produzidas pelo Poder Público Municipal referentes aos primórdios da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro -1565 a 1822 - utilizadas para fins informativos, acadêmicos e probatórios, sob a guarda do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

6. Módulo II - Tratamento arquivístico e informacional do acervo

6.1 Tratamento arquivístico

Corresponde ao processamento técnico-arquivístico de documentos: identificação, classificação, ordenação, descrição e codificação.

- acervo a ser tratado: cerca de 475 códices do período Colonial - séculos XVIII e XIX (até 1822).
- local de realização: dependências do Arquivo Geral da Cidade.
- procedimentos:
 - a) análise individual de códices para identificação das necessidades;
 - b) preenchimento de planilhas específicas para registro dos elementos externos (descrição física) e internos (descrição de conteúdo).
 - c) ordenação dos dados coletados

Prazo: 1 ano

6.2 Tratamento informacional

- acervo a ser tratado: cerca de 475 códices do período Colonial - séculos XVIII e XIX (até 1822).
- local de realização: dependências do Arquivo Geral da Cidade.
- procedimentos:
 - a) análise individual de códices para recolhimento de elementos informacionais;
 - b) agrupamento e classificação das informações recolhidas;
 - c) preenchimento de planilhas específicas para registro dos elementos informacionais coletados.

Prazo: 1 ano

7. Recursos solicitados

7.1 Recursos humanos

7.1.1 Tratamento de Conservação

Profissional	Neces	Exist	Per.	C. Hor.	Sal. Liq. R\$	INSS R\$	Sal. Bruto R\$	C. Total R\$	Origem
Estagiário com conhecimento em conservação	6	-	6 m	4 h	240,00	60,00	300,00	10.800,00	CIDAI
Coordenador com experiência em conservação	1	-	6 m	6 h	800,00	200,00	1.000,00	6.000,00	CIDAI
Coordenador Geral	-	1	6 m	8 h	1.900,00	-	-	11.400,00	PCRJ
								Total	28.200,00

10.Resultados esperados:

A conclusão das atividades previstas nesse projeto resultarão no fechamento do ciclo de tratamento da informação do acervo do Arquivo da Cidade, relativo ao período de 1565-1822.

Com a realização dessas atividades estaremos defendendo do manuseio excessivo cerca de 100% do acervo do período colonial existente no Arquivo. Ele representa a preservação de parcela expressiva do acervo, já que se trata do conjunto documental correspondente a 300 anos de história da cidade com a informação preservada e garantia de acesso de forma mais ágil e eficaz para o usuário.

O conjunto documental dos séculos XVI e XVII, que já se encontra tratado permite que sejam produzidos vários instrumentos de recuperação da informação já no início do projeto. Poderão ser elaborados e disponibilizados dados informativos, probatórios e históricos, no formato de fascículos obedecendo a critérios temáticos, onomásticos, geográficos e/ou cronológicos, como por exemplo:

- Terras e terrenos - aforamentos (sesmarias, marinha e mangues) - índices nominais de foreiros; índices de sesmarias/limites etc.
- Atas da Câmara - índice de assuntos tratados em cada sessão da Câmara Municipal agrupados em grandes temas comuns - comércio, impostos e taxas, eventos, provimento de cargos (com índices de cargos e respectivos ocupantes), portos (estatísticas, tipos de mercadorias, origem e destino etc.), saneamento, habitação, abertura de logradouros, posturas municipais, etc.
- Ordens Régias - índice de assuntos tratados em cada Ordem Régia registrada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, agrupados em grandes temas - comércio, impostos e taxas, eventos, provimento de cargos, saneamento, habitação e etc, bem como de assuntos relativos a outras partes do Brasil referentes à índios, jesuítas, alterações de legislação (alvarás sobre indústria, comércio e profissões) etc. .

Os assuntos citados acima também estão presentes na documentação dos séculos XVIII e XIX, os quais complementarão os fascículos inicialmente publicados.

Os códices dos séculos XVIII e XIX, que serão tratados durante a vigência do projeto poderão ter seus Instrumentos de Pesquisas disponibilizados à medida que os trabalhos forem sendo concluídos.